

TERRITÓRIOS RIBEIRINHOS, CRIANÇAS AMAZÔNIDAS E GRAMÁTICAS SOCIAIS¹

Eliana Campos Pojo Toutonge ²

Resumo

Em suas formas relacionais com o recurso natural efetivo à vida, a água, este artigo esboça algumas ideias sobre as gramáticas sociais de crianças que vivem em territórios ribeirinhos. Assim, o objetivo deste estudo foi refletir sobre a condição infantil de crianças, tendo como base os sentidos e significados de suas vivências às margens das águas. O método adotado abrangeu a pesquisa qualitativa, na vertente bibliográfica e de campo, cuja interface permeou os processos educativos e culturais infantis. O mesmo desenvolveu-se na comunidade quilombola de Tauerá-Açú, município de Abaetetuba (PA), margeada por paisagens, ambientes naturais e repertórios socioculturais, que embora tenha constantes e diversos fluxos com o urbano, continuam e (re)existem na experiência de vida com sentidos e significados patrimonializados, sedimentados ou em construção do viver nas e às margens d'águas. Foi possível perceber, com o auxílio da gramática social produzida por crianças, que seus viveres infantis expõem sentidos relacionais e de intimidade em relação às águas, que constituem processos identitários, bem como seu mundo vivido. Ao mesmo tempo, tais sinalizações podem ser úteis para pensar possíveis (re)configurações à Educação Infantil do e no campo, nessa região.

Palavras-chave: Territórios Ribeirinhos; Crianças; Margens; Gramáticas Sociais.

RIVERSIDE TERRITORIES, AMAZONIAN CHILDREN AND SOCIAL GRAMMARS

Abstract

In its relational forms with the effective natural resource for life, water, this article outlines some ideas about the social grammars of children who live in riverside territories. Thus, the objective of this study was to reflect on the condition of children, based on the meanings and meanings of their experiences on the banks of the water. The method adopted covered qualitative research, in the bibliographic and field aspects, whose interface permeated children's education and cultural processes. The same developed in the quilombola

¹ Este texto traz parte dos resultados da pesquisa que estamos realizando através de Plano de Trabalho intitulado "Produção de culturas infantis por crianças de territórios de águas, Abaetetuba-PA", vinculado ao edital PIBIC/UFPA/2021-2023, integrante do projeto de pesquisa "As Gramáticas Sociais de Crianças e suas Infâncias em Territórios de Águas de Regiões da Amazônia Paraense", aprovado pela Chamada Universal - CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021.

² Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Campinas (UNICAMP). Professora Associada da Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordena o Grupo de Pesquisa e Extensão De *Bubuia Amazônica*.



community of Tauerá-Açú, municipality of Abaetetuba (PA), bordered by landscapes, natural environments and sociocultural repertoires, which despite having constant and diverse flows with the urban, continue and (re)exist in the experience of life with patrimonial senses and meanings, sedimented or under construction of living in and on the banks of water. It was possible to perceive, with the help of social grammar produced by children, that their childhood lives expose relational and intimate meanings in relation to water, which constitute identity processes, as well as their lived word. At the same time, such signs can be useful to think about possible (re)configurations of Early Childhood Education in and in the countryside, in this region.

Keywords: Riverside Territories; Children; Margins; Social Grammars.

1. Introdução

Tauerá é o rio principal daqui, mais a escola, o posto de saúde, tem a nossa igreja bem aqui, Santa Ana, que é o mesmo nome da escola. Tem a cachoeira mais pra cima, tem os igarapés que quando a água tá grande dá pra ir de rabudo pro centro. Tem o ramal, mas nossa maior parte é o rio (menino, 8 anos; estudante Alessandro, 2022)¹.

O território amazônico fica ao norte da América do Sul e compõe-se de uma parte significativa do Brasil², além de se estender pelos seguintes países: Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela. Segundo Fares (2018, p. 89), esses países “[...] guardam marcas de um passado e de um presente que, ao mesmo tempo, os assemelham e os diferenciam”, por vários aspectos, dentre eles, o processo de colonização.

No Brasil, os territórios amazônicos contemplam sociobiodiversidade e socioculturalidade, que mobilizam culturas, modos de vidas e relações sociais de seus habitantes. Nesse contexto, as comunidades são constituídas por transmissores e possuidores de uma vasta experiência na utilização e na conservação presente no/entre espaço-tempo da natureza, sobretudo, nos espaços da terra, dos rios, das matas e das florestas. É um território amazônico múltiplo, diverso, plural, derivado de uma singularidade territorial, geográfica, humana (Pojo, 2017; 2018).

Nesta realidade amazônica, centramos o olhar para um grupo étnico do universo amazônida brasileiro, o ribeirinho, cuja ancestralidade margeia os espaços de várzea, dos cursos de água, da floresta/mata, sedimentando uma territorialidade também de ‘mundo rural’, junto da rica sociabilidade alicerçada por saberes em usos profusos da biodiversidade do território, como já dito.

Sobre essa identidade, Furtado e Neto Rente (2015) afirmam que:

¹ A citação no início do texto, é de uma das crianças que participou da pesquisa.

² No país, o território amazônico compõe-se dos Estados do Pará, Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso, Maranhão e Goiás.



O termo ribeirinho, contudo, busca identificar um perfil sociocultural de grupos caboclos que se estabeleceram às margens dos rios, num espaço dinâmico que articula as relações de sociabilidade e culturais dentro das particularidades desse espaço, onde a marca dessa configuração pode ser vista nos comportamentos, na maneira de viver, em sua alimentação, nas crenças, em sua religiosidade etc., específicos daquele espaço (Furtado; Neto, 2015, p. 160).

Paralelo aos referenciais teóricos, tal identificação por moradores da região onde a pesquisa se desenvolveu, é construída por esquemas significativos criados por eles com os quais explicam fenômenos e ensinam a outros a importância de respeitar a natureza, entre outras dimensões da vida. Os rios, os furos e os igarapés, como territórios de águas, evocam sentidos às margens. Assim, dizem alguns desses moradores: *o território quilombola é privilegiado porque todas as comunidades são nascentes de rios*, evidenciando uma estreita relação de pertencimento entre a comunidade e o rio (ribeirinho adulto, 54 anos; morador do rio Baixo Itacuruçá, 2018)¹. Ou, *nossa vida é entrelaçada com a água e com as marés do rio e, também, perpassa pela vida na terra. Nós dependemos desses elos pra tudo* (ribeirinho adulto, 64 anos; morador do rio Tauerá-Açú, 2022).

São habitantes, adultos e crianças, vivendo em mediação com o rio como condição de (re)existência já que essa relação incide sobre formas de deslocamentos, a navegação, o trabalho, a ludicidade, os afazeres domésticos, o ir e vir à escola do campo. Nas cidades ribeirinhas daqui, as margens dessas águas acenam outras lógicas humanas, que consideram a convivência a partir dos trapiches e das malocas², das chuvas, das enchentes e das vazantes, dos ventos, em estreita associação às lógicas do sistema global. Desta forma, as margens não são somente territoriais, são locais de práticas, conforme assevera Das e Poole (2008) e, talvez por isso, em um plano espacial, o vaivém da vida à beira-rio nas margens, direita ou esquerda, inexistem fronteiras entre água e terra, entre humano e água, ao contrário, pela visão dos habitantes, estão imbricadas. Ou seja, estabelecem conexões entre o ambiente natural e o social, de modo que se harmonizam nesse contexto.

Em uma primeira instância, observamos que o gênero humano e as águas compõem uma singular geografia humana e das águas. O ser margeado, da beira-rio, nas margens, das *beiras* e *beiradas*, é integrante deste ambiente *amazoniágua*, portanto, compreende, como nenhum outro, os espaços interáguas no conjunto de suas cosmovisões e intertrocas, construídas a partir da relação cultura-e-natureza, o que justifica, atualmente, a inclusão de mais natureza nas escolas que estão nesses contextos, por exemplo.

¹ Há destaque em itálico às categorias locais ou expressões em frases curtas pelos moradores. Esta opção respalda o saber e, ao mesmo tempo, busca dar visibilidade à gramática sociocultural produzida na comunidade investigada.

² São espaços construídos próximos das margens dos rios e úteis à ancoragem de embarcações e de pessoas.

Partindo das considerações assinaladas, a proposição deste artigo é a reflexão sobre o “mundo da criança” (Brandão, 2015), a partir dos sentidos e significados de suas vivências às margens das águas. Mas, afinal, o que é margem? É possível apreender as margens das águas? Que gramáticas sociais de convívio com as águas as crianças estão produzindo? Estando marginalmente (dentro e fora), buscamos apreender com as crianças suas movências existenciais vividas no universo *amazoniágua*-e-camponês amazônico, especialmente de convívio com as águas. Assim, argumentamos que é por meio da força e da potência da infância em processos infantis resistentes que se estabelecem as gramáticas sociais diversas, e na alteridade das crianças.

De fato, é possível notar o cotidiano ribeirinho constituindo uma gramática social da linguagem das águas de que as crianças também participam, aprendem, convivem¹. Não por acaso, a natureza é percebida como espaço e instrumento, ou ainda, as regras das brincadeiras dentro d’água são outras, pela lógica do nado. Concomitantemente, se presenciam situações de crianças submetidas ao trabalho infantil, com uma infância marcada pela pobreza, baixo rendimento escolar, por famílias que sobrevivem basicamente da renda da Bolsa Família, um cenário que demonstra como essas crianças estão inseridas na escassez de serviços públicos.

2. Referencial teórico

Na interação humano-cultura-natureza, nos debruçamos no aprendizado de uma relação sensível com as águas, porque existe concretamente um regime das águas que explica bem o sentido de: *a gente mora no rio, ou a nossa maior parte é o rio*, conforme disse o menino Alessandro. Há também diversos estudos (Pojo, 2017; 2018; Castro, 2006; Furtado e Neto Rente, 2015) informando que, em muitas comunidades tradicionais da Amazônia paraense, as relações sociais ocorrem em grande medida, com as águas, em um espaço-tempo habitável e de dinâmicas socioculturais específicas.

Desta forma, nos lugares/comunidades, é perceptível o vigor das culturas infantis amazônicas reluzindo a presença das águas. Antes, porém, de desaguarem nessas culturas, as crianças colocam-se em suas margens, isto é, logram dos espaços interáguas, sendo comum utilizarem-se de coisas margeadas como canoas, remos, maraus ou varas, árvores para suas traquinagens; na extensão do rio, observam e usufruem da natureza das margens, apreciando as grandes massas d’água nos espaços da cachoeira, da ponte ou do trapiche, durante o traslado até a escola etc. Nessas travessias, espaços e sociabilidade aquática, tais sujeitos constroem suas gramáticas sociais no exercício das culturas infantis, suas gramáticas sociais de águas.

Ainda, mareando esses sentidos, temos, como mencionado, o existir humano como grupo étnico, tal qual explica Castro (2006),

¹ Segundo dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Bauer, 2018), ao todo, 9,1 milhões de crianças vivem na Amazônia Legal.



[...] eles estabelecem uma relação com os cursos d'água – rios, igarapés e furos – sendo os portos um lugar de trabalho, de trocas de mercadorias, de circulação de informações e de outros valores simbólicos entre os que vivem nas cidades e aqueles das regiões do entorno, de áreas rurais, de povoados [...] (Castro, 2006, p. 30-31).

Ou seja, os cursos d'água são também locais de intervivências e de produção de (re)existências, como o fazem as crianças, em construções que perfazem um processo cultural aprendente, lúdico e comunitário. Nesse viés marginal, se problematiza a movimentação das margens, deslizando interseções, tensões, fronteiras pelas quais passam essas mesmas crianças.

Este pedaço da Amazônia paraense compõe-se de cidades urbanas e camponesas, que possuem interconexões com a temporalidade e a territorialidade das águas, emanando toda uma dinamicidade social de vida cabocla (Pojo, 2017; 2018). Ou, tomando a impressão de Euclides da Cunha (1999, p. 34), trata-se de um “de bubuia” num excesso de águas que circunda a vida dos caboclos, especialmente os habitantes de territórios ribeirinhos. Nessas águas, são matizados todo um conjunto de fatos e condicionantes socioeconômicos reveladores da construção de alteridades e de conflitos sociais, de confrontos entre comunidades tradicionais e empresas da dendeicultura na região, de disputas a partir dos posicionamentos do Estado e dos movimentos sociais, entre outros aspectos. Significa dizer que nessa região existe tanto uma natureza das margens expressa nas gramáticas sociais dos habitantes como potencialidades afro-amazônidas, quanto a precarização da vida e a exclusão socioeducacional. Ambas dimensões consubstanciam o viver às margens e em seu entorno, historicamente sedimentada nas cidades dessa região.

Da vertente potencial, não há como deixar de mencionar os saberes das culturas seculares dos povos das florestas. Logo, o legado indígena e o afro-brasileiro, a dinâmica *amazoniágua* são aspectos ressoantes e atuais no conjunto das ações humanas que, associadas às variações do recurso hídrico com suas maresias, travessias, cheias constroem e mobilizam os saberes de populações marginais.

Especialmente, os territórios de águas do município de Abaetetuba são entrecortados por áreas de terras, de estradas e de ramais, além da região das 72 ilhas, nas quais são várias habitadas por povos ribeirinhos, quilombolas e assentados, que vivem à beira e abeirando as margens dos inúmeros rios, igarapés e furos. No geral, se observa uma espécie de mostruário *amazoniágua*, isto é, os lugares em sua maioria são fronteiriços às águas, que entrecortam pontes, portos, ramais e estradas, contornando toda cidade.

São contextos que apresentam especificidades ambientais e sociais, além da estreita ordem econômica, em que a temporalidade e a territorialidade das águas têm um sentido muito mais simbólico, tidas como um bem da natureza e um elemento que integra grande parte das ações cotidianas, ao passo que as

sociedades urbanas conferem às águas um status de recurso ou bem de consumo (Pojo; Elias, 2018, p. 1).

Os cursos de águas dessa região amazônica ditam em grande parte a circulação e a travessia de pessoas, o trânsito entre municípios vizinhos e até mesmo entre países. Nesse caso, o rio interliga os territórios. Por isso, em certa medida, podemos dizer que a circulação e a proximidade com os rios acontecem para os moradores de ambos contextos, urbano e rural, ainda que com distinções. Também, são frequentes os trânsitos, as mobilidades, os deslocamentos das crianças no território.

Precisamente, os que vivem à beira das águas convivem bem mais com a geografia das águas de um cotidiano entrelaçado aos espaços dos rios, furos, igarapés, de praias estacionadas, incluindo o rotineiro movimento fluvial dando fluidez e movimento à vida da comunidade. Este contexto *amazoniágua* revela uma singular relação humano-natureza-cultura, sendo de um modo singular para os habitantes do rio Tauerá-Açú.

No espelho d'água desse lugar-território, a comunidade Santa Ana ou rio Tauerá-Açú, damos ênfase um pouco mais às margens e às gramáticas sociais – as quais são também politicamente construídas à medida que se processa no cotidiano e nos jeitos de ser e viver das crianças em suas infâncias, marcadas por saberes, memórias, rotinas e simbologias amazônicas. Desigualdades e ausências, como já dito.

As crianças interagem com as águas desde tenra idade, constituindo assim um elemento potencializador dos seus processos identitários nesses contextos, até porque os habitantes de territórios ribeirinhos construíram e continuam construindo saberes-fazer¹ balizados por experiências comuns no trato com o curso das águas constituidoras de sua endoeducação, isto é, uma forma de fazer circular maneiras relacionais, suas histórias, seus *jeitos e modos de ser daqui mesmo*. Podemos dizer que os processos organizativos e de sociabilidade mesclam-se a um dado *modus operandi* local e cultural que ocorre na casa comum de todos e todas, os espaços das águas, porém interconectados com a terra, com a mata e com os demais elementos da natureza.

Água e terra, rio e várzea, são elementos essenciais da vida ribeirinha, são parte da cultura local. Nesses espaços se perpetua a vida, projeta-se a liberdade e a autonomia das crianças, na medida em que galgam experiências de convívio com os sons da natureza, com o aprender a nadar desde cedo, nos mares e com as marés, com o trânsito das embarcações e fazendo travessias, com animais domésticos e a *apanhaço* de açai, com a ausência de água potável numa comunidade com abundância desse líquido; acompanham junto de familiares as conversas sobre a terra, as fases da lua, o Sol e a chuva, o encantado rio-mar; escutam ainda sobre a Matinta Pereira, a ilha da Pacoca, a Cobra Grande, como ricos, míticos e fantásticos elementos demonstrativos da

¹ Nos termos de Brandão (1983, p. 13), diz respeito ao “saber do ofício” de “agentes populares de trabalho simbólico”.

cultura amazônica. Estas representações constituem, parcialmente, os nexos que sedimentam as culturas infantis nesta comunidade.

Assim, defendemos a cultura infantil¹ amazônica como importante prática social associada ao patrimônio cultural local, que se constitui o levante das crianças pela contextualidade da comunidade referida.

A cultura infantil amazônica representa a produção educativa e social, portanto, do existir infantil protagonizada por crianças residentes de diversos contextos e que sinalizam marcadores dos nossos ancestrais indígenas, negros, caboclos, do campesinato amazônico nessa vasta região. Tais sujeitos/as crescem em meio a uma rica biodiversidade florestal/aquática/terrestre, experimentando-as em fontes de saber e de socialização intergeracional, convivem com costumes, valores, mitos, rituais e todo um repertório linguístico e de oralização transmitido de geração a geração. Em suma, participam da cultura local de maneira própria, por meio da singularidade do “mundo da criança” (Brandão, 2015, p. 111), que na Amazônia paraense é diversa e acentuada em distintos territórios rurais e urbanos e sob tais interlocuções os/as sujeitos/as vão beirando um tipo de formação identitária de sujeito amazônico, no sentido de pertencimento e de alteridade. Nesse sentido, elas outorgam

Formas próprias de realização da vida como sistemas de símbolos e de significados, de gestos e de estruturas de interações que crianças de todo o mundo recriam e experimentam dentro de modo de vida e de culturas que são as nossas, a dos mundos sociais do poder dos adultos, e que oferecemos ou impomos a elas (Brandão, 2015, p. 111).

Em uma perspectiva prática, a cultura infantil amazônica se desenvolve a partir do convívio social, das práticas lúdicas e brincantes nesse agutório amazônico, da linguagem cabocla reinventada, de uma ancestralidade reconhecida, dos elementos socioculturais presentes no contexto em que vivem, presentes nos ciclos de vida das crianças entre pares e com adultos. São vivências, experiências, aprendizados, corporeidades específicas e imbuídas dos condicionantes afro-amazônicos presentes nos territórios que habitam, portanto, com sentidos e significados entendidos dentro desse contexto local. Trata-se, então, de um universo cultural (re)produzido por crianças, matizados a aspectos da cultura amazônica e *amazoniáqua*. Nesses termos, defendemos que o viver às margens, por parte das políticas públicas (em geral) destinadas aos habitantes de territórios de rios e/ou ilhas na Amazônia, considerem as lições de vida margeada, ou seja, os modos de viver culturalmente construídos nessas comunidades e, também, levem em consideração o olhar/fazer das crianças como produtoras de gramáticas sociais, desde as margens de suas infâncias. De uma gramática social, vinda do rio.

¹ Partimos da criança como produtora de sua cultura e, ainda, da ideia de cultura amazônica a partir de Loureiro (2015), a qual se constrói dos elementos mágicos, místicos e da natureza conformando uma poética do imaginário.

3. Metodologia

O estudo adensa as constantes e distintas travessias aos territórios ribeirinhos desde 2012, por isso trazemos vozes e opiniões de moradores de diferentes localidades de Abaetetuba-PA, porém, no texto, nossa âncora esteve na comunidade quilombola de Tauerá-Açú. E, dialogando com as crianças, colocamo-nos no remanso das águas e das culturas infantis, que estão cercadas de possibilidades e invenções, como a história que segue: *Um homem estava no rabudo, pegou uma maresia muito grande. O mar estava bravo e desejando morte, sem contar que tinha um tubarão por perto, que logo disse: hoje vai ter janta. E fim.* (menino, 8 anos; estudante Alessandro, 2022).

A comunidade quilombola Santa Ana ou, como é conhecida, rio Tauerá-Açu, é uma das dezenas localidades da região de ilhas do município de Abaetetuba. Constitui-se das áreas denominadas de rio Tauerá-Miri (entrada mais estreita da ilha), Beira da Costa (costa da ilha, situa-se na parte de fora do rio) e rio Tauerá-Açú (entrada mais larga e principal). O acesso à comunidade pode ser pelo rio ou ramal, porém, os moradores usam os rios com mais frequência. Esta comunidade espalha-se com casas, comércios, campos de futebol, igrejas, espaços interáguas, as instituições públicas: a escola e o posto de saúde. Ainda, as crianças que moram nela produzem, culturalmente, um modo peculiar de relação com as águas, com a natureza e, conseqüentemente, a preservação e respeito associados.

Em termos metodológicos, o texto traz uma reflexão de natureza teórico-bibliográfica e, outra, no campo empírico. Na primeira, o arcabouço teórico abarcou os estudos sobre gramática social, águas amazônicas, margens e a relação de ensinar-e-aprender. Na pesquisa empírica, apoiamo-nos em recursos da etnografia, envolvendo observações *in loco*, entrevistas e oficinas¹ outorgadas pela pesquisadora e as crianças. Participaram 10 crianças entre 04 a 10 anos e 06 adultos com idades entre 30 a 67 anos² nos auxiliando com informações sobre o lugar. São crianças parentes entre si e, outras, próximas/vizinhas, com as quais tivemos contato devido estarmos realizando outras pesquisas na comunidade, o que nos facilitou o consentimento para o diálogo e para os momentos das oficinas como procedimento que somou à observação.

Num primeiro momento nos aproximamos das famílias, particularmente com lideranças comunitárias e algumas mães, para explicar o objetivo da pesquisa e de como se daria a participação das crianças. Em seguida, meninos e meninas, que também manifestaram curiosidade sobre quem éramos e o que fazíamos ali, foram se interessando pelo trabalho. Assim, após vários esclarecimentos aos adultos e às crianças, fomos interagindo com elas e,

¹ As "oficinas brincar-saber", foram encontros de intercâmbio de saberes, brincades e entre os participantes, sempre com discussões e produções tematizando o convívio com as águas pelas crianças.

² Pesquisa validada com o cep 6201408/2023, pelo comitê do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG/MCTIC).

posteriormente, organizamos os encontros das oficinas. Todo esse processo foi desafiador e constituiu-se uma ação aprendente no sentido de trocar experiências de vida com elas (Brandão, 2015).

Os dados foram gerados junto aos espaços sociais onde as crianças circulam em momentos recreativos, brincantes e de convívio familiar, logo, evidenciam formas de mobilidade, de territorialidade, de espacialidade, de habilidades corpóreas nas águas (Pojo, 2017). O trabalho de campo ocorreu nos anos de 2021-2023, contemplando os períodos de verão e inverno amazônico, até porque o contato das pessoas com as águas é frequente o ano inteiro, ainda que o nível máximo das águas ocorra nos meses de janeiro a abril.

No que tange aos procedimentos de produção das falas dos sujeitos colocadas no decorrer do texto, foram sendo capturadas durante oficinas e entrevistas com o grupo como já dito, realizado em momentos específicos e em espaços diversos sempre considerando a partilha e vivência das crianças em seus cenários sociais. Assim, o que trazemos são frutos do viver amazônico de crianças e, entre estas e adultos, conectando as práticas sociais com os cursos d'água e a natureza que os envolvem, verdadeiros territórios educativos dos sujeitos residentes nesses espaços.

4. Resultados e discussões

Reiteramos a chamada vida beira-rio, afirmadora de quem vive próximo das margens das águas, como “[...] uma expressão cultural que envolve particularidades imanentes a essa definição” (Furtado; Neto Rente, 2015, p. 160), representa uma gramática social das águas, ressonante também nas e das margens. Sobre essa questão, destacamos:

a) Os territórios de águas são dotados de uma constante conexão e movimentação, seja entre as áreas de várzea e terra firme, seja pelos atalhos nos cursos d'água, seja na *boca do rio*, aspectos que se revelam complementares à sociabilidade e à produção familiar.

b) Os ditos margeados são potenciais conhecedores da natureza amazônica em suas localidades, possuem regras de conduta para agirem nos contextos naturais e diante das “[...] variações sazonais, que afetam os ciclos dinâmicos do rio e, conseqüentemente, alguns elementos dessa paisagem e o seu mosaico ambiental, sustentável” (Furtado; Neto Rente, 2015, p. 162).

c) Os/As da “beira do rio” detém uma sabedoria ancestral, resultante da experiência empírica junto aos *habitats* naturais e as transmissões ancestrais, e que possibilitou “[...] elaborar um amplo conhecimento sobre os ecossistemas que garante até hoje a reprodução de um característico padrão sociocultural” (idem).

d) O viver a beira-rio é histórico, dinâmico e constitui-se como saber, como elemento essencial da cultura de populações ribeirinhas.

Tais apontamentos legitimam a vida às margens como valor social, de uma linguagem própria, produtiva e política. Talvez, seja o modo mais peculiar

de vida sociocultural na Amazônia: o ribeirão, cujo processo consagra uma gramática social do lugar, associada a dimensões da cultura e de contínuas vivências-saberes desses sujeitos.

Nesse caso, a cultura é uma dimensão essencial dos processos educativos e de resistências locais. Como ilustração, as crianças aprendem a sinergia do que dizem: *a gente foi criado n'água*, pois as águas e o rio animam o brincar. Constantemente, a canoa ou a rabeta¹ transformam-se em brinquedo que servem para balançar, para passear ou para disputar corridas. Elas sabem lidar com o rio, seja pela disposição em navegar regularmente nas águas, seja por possuírem um conhecimento peculiar sobre a 'essência viva' das marés vazantes, cheias, de lance, de quebra. Seja, ainda, por saberem, com precisão, o tempo das águas para deslocar-se nas embarcações, as ondas apropriadas para brincar, banhar-se ou *anadar* no rio, confirmando seus saberes das águas (Pojo, 2018).

Moro no rio Tauerá (8 anos; estudante Alessandro, 2022), disse esse menino, morador da comunidade. É uma frase política e identitária, pois de certa forma, na Amazônia, o rio dita a linguagem da vida, e cujos sentidos vão além das palavras, dizem de um simbólico amazônico e, para as crianças, do deleite corpóreo com as águas. Diz de uma gramática do viver desde as margens.

Por gramática social, nos referimos à geografia do lugar, a espaços-tempos fronteiriços, ao enraizamento *amazoniáguas*, como expressões materiais e simbólicas. Uma gramática social, situada pelas relações comunitárias e identitárias de uma realidade dinâmica e temporalmente amazônica, contornando, portanto, aspectos socioculturais, educativos, territoriais. Brandão (2015) afirma sua gramática social como sendo ciclos vivos de vivências, experiências, de sociabilidade e de aprendizagem. Assim explica:

Afinal, aprendemos as gramáticas da língua dentro da sala de aula, mas aprendemos as gramáticas da vida entre ela e outros cenários de interações: *da escola, na escola, entre a escola e a comunidade, fora da escola*, inclusive nos pequenos, médios e grandes 'paraísos da vida escolar', chamados fins-de-semana, feriados e férias. E também contra a escola (Brandão, 2015, p. 116).

Como vimos, sobressaem na visão do autor, processos de educação no campo formal e não formal (informal), mediados por relações de ensinar-e-aprender. Sobressaem rotinas nos diversos ambientes sociais/naturais. Agora, considerando o levante das crianças com suas leituras de mundo, notamos que elas têm um saber muito bem desenhado sobre as suas experiências e conhecimento sobre a comunidade e a realidade vivida. Sabem dizer, escrever, distinguir árvores, a mata, a casa, o boto, o rio, os pássaros, o Sol e a nuvem, exatamente, como as veem diariamente. Sabem que sabem, por isso, dão solidez à pedagogia nativa/local/patrimonial consoante as induções de Brandão (1983).

¹ Pequena embarcação motorizada, com ou sem cobertura.



Esta temporalidade e territorialidade de vida margeada também influenciam no processo de convivência das crianças, a partir das *águas do meu dia a dia* (menino, 7 anos; estudante Emanuel, 2022). De fato, as gramáticas sociais infantis gestadas no cotidiano, revelam conteúdos da vida local. Nesse caso, uma gramática social das águas de natureza qualitativamente distinta – pelas relações de vizinhança e de parentesco, imbricações com os contextos e práticas laborais, formas solidárias de adultos com as crianças e, destas entre si. Constituem-se modos lúdicos e corporais assentados nos espaços interáguas, dinamizando culturas infantis, processos educativos informais em menor escala ou diferente das grandes cidades, como uma analogia, mas há vínculos que correlacionam o mundo ribeirinho ao conjunto da sociedade brasileira em muitos aspectos, como a cultura, a educação e a economia. A esse respeito, Brandão (2007) apresenta uma concepção de mundo rural articulada às transformações do tempo presente.

[...] A meio caminho entre uma natureza ainda não inteiramente socializada e incorporada ao domínio da cultura (aqui num duplo sentido da palavra) e a cidade, o lugar-urbano dos “recursos” e do mercado regional, assim pessoas, famílias e comunidades rurais vivem em espaços cujo lugar mais central é o sítio, a pequena propriedade ou posse camponesa, cuja extensão mais familiar é o bairro rural e seus equivalentes (Brandão, 2007, p. 54).

A concepção apresentada pelo autor permite compreender que se trata de um cotidiano ribeirinho que no limite, no qual cabem vários qualificadores, do interior, do sítio, do rio, do povo das águas, do ribeirinho, vivendo a fronteira do humano, entre o tal moderno e o modernizado.

Assim, vemos a gramática social assentada por um processo de múltiplas aprendizagens, e bastante sintonizada com o deixar-se molhar pela cultura, no caso, pisar na terra não-firme, nas margens. Como afirma Freire: “Abrir-se à ‘alma’ da cultura é deixar-se ‘molhar-se’, ensopar das águas culturais e históricas dos indivíduos envolvidos na experiência, e o mergulhar nas águas culturais” (Freire, 1995, p. 110), ou no dizer de Brandão (2015, p. 125) “ver desde a cultura”.

Águas e margens se mesclam, porque nas águas estão as margens. As águas em seus cursos (rios, furos, igarapés, lagos, praias e cachoeiras) sugerem margens, espaços, movências e sujeitos/as que interagem, a seu modo, sob perspectivas ribeirinhas, rurais, fronteiriças, econômicas, depredatórias, existenciais, lúdicas. Tratamos agora da prática lúdica, brincante, corpórea, que sedimenta modos de ser, de pensar e de fazer por crianças quilombolas em estreita relação com a água do rio Tauerá, próximo da terra e com a experiência de ser do rio, que alimenta o existir desses moradores mirins em suas formas mais elementares como a de ficar margeado ou dentro d’água.

As margens dizem respeito a áreas de terras não-firme junto às águas de um rio, furo ou igarapé, isto é, o espaço onde a água se encontra com a terra. Ou, as margens contornam o caminho que o rio percorre, e são denominadas de esquerda e direita, tendo como orientação o sentido da corrente (Guerra, 2003).

Assim, somos da Amazônia, filhos da mata, filhos das águas, portanto, pessoas que convivem com as margens.

Falar das margens também é tratar das práticas sociais dos povos das águas como navegantes do rio, movimentando-se a poucas braças das margens, ou ainda por travessias perenes. Travessias de idas a lugares cujo transporte são embarcações, rabetas e/ou barcos de linha; travessias aportando em diferentes beiras para acompanhar os brincades das crianças que acontecem em meio aos cursos d'água.

Como síntese, provisória, as margens acenam para diferentes conceitos e enfoques bem como conexões com a estrutura de cursos d'água. No artigo, o enlace é o da cultura das águas pelo convívio com as margens, o que para ribeirinhos refere-se à beira da água, à beirada, à ilharga. Na margem se encontra a água, mas também pessoas e coisas como os maraus, as canoas, lixos, se encontra a movência das marés e a fluidez do sol cujo ponto a água aflora.

Em nossas pesquisas e estudos, partimos desejosos de aprender sobre margens, por isso estivemos em repetidas travessias nas águas. Vimos as margens como manifestação da cultura ribeirinha por meio do ambiente construído, e muito além dos limites geográfico, espacial, territorial, essas margens atuam como espaços de referência identitária, possuem a função unificadora, pois conformam a região. Vimos o deságue das vivências das crianças com águas acentuando a produção infantil como formas de (re)existência em práticas cotidianas, e assim fomos, vagarosamente, construindo/aprofundando algumas ideias sobre margens.

Nesse processo de travessias, deslocamentos e de miragens contextuais, é possível apontar, pelo menos três dimensões sobre margem ribeirinha-amazônica, a saber:

a) Estar às margens. Sobre esse aspecto, os estudos de Martins (2014) desenvolvido na Amazônia, são relevantes, pois o autor, utilizando-se de depoimentos, retrata entre outros aspectos, a condição de ser criança amazônica precisamente pela menina Regimar. Nesse sentido, "estar às margens" trata da violação de direitos presente nas margens dos rios amazônicos. Nessa região, sobretudo, o povo do campo historicamente tem sido desassistido quando se trata dos serviços essenciais e direitos básicos. Em suma, esse é um dado objetivo das condições existenciais de centenas de crianças do norte do Brasil, sejam em contextos urbanos ou rurais, sejam de território ribeirinho, quilombola, sejam assentadas ou indígenas. Assim, a margem traz como sentido, metaforizando, a escuta do som que vem do rio gritando ausências quanto à vida com dignidade por seus moradores.

b) Existe concretamente, uma potência marginal ou das margens, ou seja, o viver beira-rio e ao remanso das águas concentra um conjunto de procedimentos do agir/pensar/fazer que se relaciona às práticas, aos/às sujeitos/as, aos tempos e aos espaços que conformam às – e se conformam nas – margens, atestam, assim, sua dimensão produtiva, especialmente a partir de modelos técnicos tradicionais, o que chamaremos aqui de uma lógica natureza-



cultura que evidencia a imbricação entre a territorialidade do lugar e a temporalidade das águas, como mencionamos.

c) “Uma terceira abordagem centra-se na margem como o espaço” (Das; Poole, 2008, p. 25), alimentada pela circularidade do saber e das pessoas. São margens que contemplam os deslocamentos, a mobilidade dos corpos, a convivência humana, a espacialidade com equipamentos e coisas, o trânsito de barcos. Desse modo, as margens proporcionam a circularidade em si e dos/as sujeitos/as apreciadas nas práticas sociais, assim como a sociabilidade por meio de repertórios locais de linguagem, estratégias de grupo ou familiar, rituais, negociações, imaginários tecnológicos que parasitam esse espaço. Ou seja, as crianças produzem e aprendem a partir do território e, nesse sentido, as margens também são espaços de aprendizagem.

Estar nas margens estudando-as ou pisando em suas terras não-firmes tem nos incitado vislumbrar outras direções quando se refere ao viver sob o signo das águas (nas margens), no que se refere às dinâmicas sociais em suas estratégias de (re)existir, produzir, tecnologizar e editar outras linguagens a partir das margens que habitam, e que sugerem formas alternativas reais de vida (ocupação do espaço) e podem ser narrados também como histórias de desigualdades.

Nesses termos, ousamos dizer que as crianças se constituem amazônidas de plurais maneiras, o que nos levou a compreender, inicialmente, as margens, de maneira específica, por uma perspectiva epistemológica, metodológica e política. Logo, o estudo com esse enfoque elucidou as culturas infantis em seus contextos de vida beira-rio e de forte relação com a natureza, precisando ser valorizada por todos, família, escola e a sociedade, porque significa a preservação desse ambiente amazônico sendo aprendido desde tenra idade, e sendo divulgada para crianças de outros lugares.

5. Considerações finais

O estudo examinou, preliminarmente, as margens de águas pelas quais se constroem o viver ribeirinho e as gramáticas sociais produzidas por crianças amazônidas. Desta feita, compreendemos que as margens revelam a água, a cultura e o território por meio da construção de uma gramática de vida. Assim, as margens evocam muitas ideias e, nesse pedaço amazônico, elas são paisagem e dizem do cotidiano ribeirinho, cuja singularidade é mobilizada bem mais do que em outros territórios e cenários, a tríade fundamental à vida: a terra, a água e a mata dão solidez a uma cultura local ou a diversas culturas refletidas no cotidiano dos/as amazônidas.

Estas margens integram a geografia das águas, notadamente pelo trançado de seus rios, furos, igarapés, suas praias estacionadas, marés intermitentes, o rotineiro trânsito fluvial, dando fluidez à sua complexidade e amplidão regional. Nestas margens, circulam/convivem crianças entre si e com adultos, apreciando, brincando, banhando-se, vivenciando práticas nas/com as águas, e nesse interim protagonizam uma educação da criança, do seu mundo

(Brandão, 2015). E contra a maré, há situações negadoras do ser criança, quando seus direitos são violados, ou quando suas vozes são silenciadas, suas necessidades e saberes são desmerecidos pela escola do campo.

No tocante às gramáticas sociais do viver nas margens e às margens, precisamente o estudo focou nas gramáticas sociais margeadas pelas águas do rio Tauerá-Açú, situando uma realidade local, com diversas dinâmicas temporais, espaciais, territoriais, relacionais, ambientais sustentada pelas interações das pessoas com o lugar-território. Nesse deságue, as crianças sabem dizer e têm relações estreitas com esse recurso hídrico, que trouxemos ao longo do texto. Elas vão devagar e com ricas experiências nesses ambientes de margens, de águas, de rios, praias, aprendendo como é ser quilombola, habitante de ilha, ribeirinho, caboclo amazônico, sentindo-se embarcado ou dominando o nado, tão usual na comunidade.

Assim, nossa defesa é por uma educação para o viver mais livre e aprendente das crianças com base nas suas marginais vivências, de formas intergeracionais e criações cotidianas postos nos territórios – suas gramaticais sociais. Afinal, esses territórios de águas e outros (tradicionais) possuem uma diversidade linguística, étnica e cultural que determina uma visão de mundo, de vida, de natureza presentes na memória ancestral de povo tradicional; logo, potencializam atividades culturais e produzem resistências de comunidades por meio de experiências e intervenções destes povos nas universidades, nas escolas e nos demais movimentos intergrupos, os quais não podem ser desconsiderados na formulação das políticas educacionais do campo.

Outrossim, o universo infantil ribeirinho amazônico, desnuda existências, saberes e a cultura local nutridos pelos movimentos das marés que vivificam a sobrevivência dos que estão às margens, em portos nem sempre fáceis de se ancorar.

Convém mencionar que a investigação não adentrou ainda na educação escolar, constituindo-se uma possibilidade, até porque existe uma relevante contribuição da escola para com a comunidade tradicional quilombola. E, no tocante às crianças pequenas e com direito a educação infantil do campo, os bebês não são contemplados com creche, sendo outra entrada de pesquisa à vista, direcionada a refletir uma pedagogia das infâncias amazônicas focada nas experiências e vivências infantis, perpassando pelo olhar os corpos-águas em infâncias outras.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Olhar o mundo e ver a criança: ideias e imagens sobre ciclos de vida e círculos de cultura. **Crítica Educativa**, Sorocaba, v. 1, n. 1, p. p. 108–132, jan./jun., 2015. Disponível em: <https://www.criticaeducativa.ufscar.br/index.php/criticaeducativa/article/view/27>. Acesso em: 26 abr. 2024.



BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. **RURIS (Online)**, Campinas, v. 1, n. 1, mar., 2007. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/16758>. Acesso em: 26 abr. 2024.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os mestres da folga e da folia**. In: SAMPAIO, Aurea Cristina. *et al.* Estrutura e processos sociais de reprodução do saber popular: como o povo aprende? 2ed. Campinas: Vozes, 1983.

BAUER, Florence. **Um olhar para a infância e a adolescência na Amazônia**. In: UNICEF. Pobreza na Infância e na Adolescência. 2018. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/agenda-pela-infancia-e-adolescencia-na-amazonia>. Acesso em: 08 jul. 2024.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

CASTRO, Edna. Terras de preto entre rios e igarapés. In: CASTRO, Edna. **Belém de Águas e Ilhas**. Belém: CEJUPA, 2006.

CUNHA, Euclides da. À margem da história. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. O estado e suas margens. Etnografias comparativas. **Cadernos de Antropologia Social**, Buenos Aires/Argentina, (27), p. 19-52, 2008. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2648469&forceview=1>. Acesso em: 16 fev. 2024.

FARES, Josebel Akel. Imagens poéticas das águas amazônicas. In: FARES, Josebel; CAMELO, Marco Antonio da Costa; AMARAL, Paulo Murilo Guerreiro do (org.). **Sociedade e saberes na Amazônia**. Belém: EDUEPA, 2018. p. 88-118.

FURTADO, Lourdes Gonçalves; NETO RENTE, Francisco. A ribeirinidade amazônica: algumas reflexões. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 24, n. 24, p. 158-182, 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/97408>. Acesso em: 16 fev. 2024.

GUERRA, Antônio Teixeira. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura Amazônica: uma poética do imaginário**. 4ªed. Belém: Cejup, 2015.

POJO, Eliana Campos Toutonge. **Gapuiar de saberes e de processos educativos e identitários na comunidade do rio Baixo Itacuruçá, Abaetetuba-PA**. 2017. 243f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017. <https://www.ifch.unicamp.br/ifch/gapuiar-saberes-processos-educativos->



identitarios-comunidade-rio-baixo-itacuruca-abaetetuba-pa. Acesso em: 29 de jul. 2024.

POJO, Eliana Campos Toutonge.; ELIAS, Lina Gláucia Dantas. O cotidiano das águas na tradição quilombola da comunidade do rio Baixo Itacuruçá-Abaetetuba, PA. **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 31, n. 3, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/34730>. Acesso em: 26 abr. 2024.

MARTINS, José de Souza. Regimar e seus amigos: a criança na luta pela terra e pela vida. *In*: MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Ed. Contexto, 2014. p. 101–129.

Recebido em: 29 de abril de 2024.
Aceito em: 24 de agosto de 2024.
Publicado em: 30 de outubro de 2024.